DECIDIU, à unanimidade, pela confirmação na carreira do Promotor de Justiça REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES, nos termos da proposta da Corregedoria-Geral do Ministério Público e do voto da Conselheira Relatora LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, para que o membro adquira a garantia constitucional da vitaliciedade, em 05.12.2008 se nenhum fato novo, superveniente e prejudicial vier a ocorrer até a data para o efetivo vitaliciamento, nos moldes da cláusula rebus sic stantibus.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Apreciação do relatório e voto da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA referente aos seguintes processos:

3.1.1. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL Nº 058/2003-MP/PJ/DC/PP. INTERESSADO: Hilário Colino Bermejo Neto. ASSUNTO: Solicitação de providências contra as empresas de transporte coletivo de Belém. DECISÃO: O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto da Conselheira-Relatora e DECIDIU, à unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO considerando que as providências solicitadas pelo interessado já estão sendo cumpridas pela CTBel e DETRAN/PA, conforme observou o Promotor de Justiça ao promover o arquivamento.

3.1.2. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL Nº 056/2002-MP/PJ/DC/PP. INTERESSADOS: Usuários do SUS. ASSUNTO: Apuração de suposto corte de dotação orçamentária para aquisição de medicamentos pelo município de Belém para atendimento de usuários do SUS, no ano de 2002. DECISÃO: O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto da Conselheira-Relatora e DECIDIU, à unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO considerando as providências adotadas pelo Promotor de Justiça ao promover o arquivamento.

3.1.3. PROCESSO Nº 057/2006/PJG. INTERESSADA: 8ª Vara do Trabalho de Belém. ASSUNTO: Procedimento extrajudicial instaurado para apurar a ocorrência de possíveis irregularidades na contratação de servidor sem concurso público, pela Assembléia Legislativa do Estado, em 05.10.2000. DECISÃO: O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto da Conselheira-Relatora e DECIDIU, à unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO pela perda do objeto, face a ocorrência da prescrição.

3.1.4. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL Nº 003/2006-MP/PJ/DC/PP. INTERESSADO: Jorge Dário Bastos de Oliveira. ASSUNTO: Solicitação de providências quanto à proibição da entrada e estacionamento no Terminal Rodoviário de Belém e ao fechamento da rua Deodoro de Mendonça para criação de estacionamento rotativo. DECISÃO: O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto da Conselheira-Relatora e DECIDIU, à unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO considerando que não houve ilegalidade por parte da SINART, conforme observou o Promotor de Justiça ao promover o arquivamento.

3.1.5. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL Nº 132/2006-MP/PJ/DC/PP. INTERESSADO: José Carlos Barbosa da Costa. ASSUNTO: Procedimento extrajudicial instaurado para apurar denúncias de irregularidades em licitações e contratos na SECTAM. DECISÃO: O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto da Conselheira-Relatora e DECIDIU, à unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos da manifestação do Promotor de Justiça, que não vislumbrou elementos que ensejassem a propositura da Ação Civil Pública.

Belém-Pa, 21 de novembro de 2008.

OLINDA MARIA DE CAMPOS TAVARES

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público, em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO - RESULTADO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados o resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Presencial nº. 033/2008-MP/PA, que tem como objeto o PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO GRÁFICA PARA CONFECCÃO DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

- À vista da habilitação, e julgamento de recurso pela autoridade superior, foi declarada vencedora a empresa:

- HELIO GODINHO BERNARDES (GRÁFICA GABRIELA) - R\$7.210,00/Global

Belém, 21 de novembro de 2008.

Márcio Antonio Cunha Solimões

Pregoeiro

PORTARIA Nº 3460/2008-MP/PJG

CONSIDERANDO a suspensão do expediente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no período de 20 de dezembro de 2008 a 06 de janeiro de 2009, conforme Resolução nº 018/2008-GP, de 18.11.2008, publicada no Diário da Justiça de 20.11.2008;

CONSIDERANDO, também, que o referido período é dedicado às festividades do Natal e do Dia da Confraternização Universal, e; CONSIDERANDO, ainda, a correlação de serviços do Poder Judiciário e do Ministério Público, sendo este Órgão imprescindível à administração da Justiça;

R E S O L V E:

SUSPENDER o expediente do Ministério Público do Estado do Pará, na Capital e no Interior do Estado, no período de 20 de dezembro de 2008 a 06 de janeiro de 2009, sem prejuízo dos serviços essenciais, nos termos do art. 93, inciso XII c/c o art. 128, §4º, ambos da Constituição Federal/88, nestes abrangidos as audiências marcadas e não transferidas dos Senhores Membros, o Serviço de Guarda da Instituição e os plantões funcionais, nas situações abaixo elencadas:

I - Na primeira instância:

a) Na Capital, 02 (dois) Promotores de Justiça da área criminal,

cujas escalas de plantão será feita, por sorteio, pelo Coordenador, para oficiar nos feitos de réus presos, dentre eles o de prisões ilegais;

b) Na Capital, 02 (dois) Promotores de Justiça da área da Infância e Juventude, cuja escala de plantão será feita, por sorteio, pelo Coordenador, para oficiar nos feitos relativos envolvendo crianças e adolescentes;

c) Na Capital, 02 (dois) Promotores de Justiça da área cível, cuja escala de plantão será feita, por sorteio, pelo Coordenador, de modo a atender as medidas de extrema urgência e que, se não apreciadas, possam causar prejuízo irreparável ao interessado, bem como oficiar naquelas necessárias para evitar o perecimento do direito;

d) Nas Comarcas do Interior com mais de 01 (um) cargo de Promotor de Justiça, um deles permanecerá em funcionamento, em regime de plantão, para oficiar nos feitos que se enquadrem aos tipos a que se refere a alínea anterior;

e) Nas Comarcas do Interior dotadas de apenas 01 (uma) Promotoria de Justiça, haverá funcionamento ininterrupto, em regime de plantão permanente.

§1º. Ficará a cargo dos Promotores de Justiça em exercício nas Comarcas do Interior do Estado, avaliar a conveniência da permanência do(s) servidor(es) na Promotoria de Justiça, em regime de plantão e/ou sobreaviso, no termos da Portaria nº 3052/2006-PGJ, de 13.12.06 (DOE 15.12.06).

§2º. As escalas de plantão das Promotorias de Justiça deverão ser encaminhadas à Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público, até o dia 10.12.2008, para conhecimento e fiscalização por parte da Administração Superior.

§3º. Nos dias 23, 24, 25, 30 e 31 de dezembro de 2008 e, ainda, 01 e 02 de Janeiro de 2009, os Promotores de Justiça, em exercício nas Comarcas de que trata a alínea "e" deste inciso, poderão ausentar-se da sede da Comarca, desde que assegurem meios de pronta comunicação com os servidores, via internet ou tele-fax, conforme ajustado na alínea "e", de modo a garantir o conhecimento ininterrupto dos feitos urgentes, devendo, ainda, informar antecipadamente à Procuradoria Geral de Justiça e à Corregedoria Geral do Ministério Público, o endereço em que poderão ser encontrados e seus telefones.

II - Na segunda instância:

a) Permanecerá em regime de plantão, para manifestação em Habeas Corpus e em outras medidas consideradas de urgência, 01 (um) Procurador de Justiça Criminal.

III - Além das sanções disciplinares aplicáveis, o descumprimento do disposto nesta Portaria implicará no desconto salarial correspondente aos dias não trabalhados.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 20 de novembro de 2008.

PEDRO PEREIRA DA SILVA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

ATO Nº 087/2008 - 1ª PJFMM

PROCESSO Nº 084/2008-1ªPJFMM

PROCEDÊNCIA: INSTITUTO DOM BOSCO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007

ATO Nº 087/2008 - 1ª PJFMM

Ato Aprova as Contas

A 1ª PROMOTORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pelo INSTITUTO DOM BOSCO, referente ao exercício financeiro de 2007, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 11 de novembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS

AVISO DE LICITAÇÃO - NOVA DATA

CONVITE Nº. 030/2008-MP/PA (REPETIÇÃO DO CV

029/2008-MP/PA)

Comunicamos aos interessados o adiamento da sessão de abertura do Convite nº 030/2008-MP/PA, que tem como objeto a contratação de SERVIÇO DE REFORMAS DA RESIDÊNCIA OFICIAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, para o dia 04/12/2008, em atendimento a solicitação do Departamento de Obras e Manutenção. Permanecem inalteradas as demais cláusulas, exceto o prazo para visita técnica. O edital e as alterações estão publicados no site www.mp.pa.gov.br.

Belém, 21 de novembro de 2008.

Claudemiro Lobato de Miranda

Presidente da Comissão de Licitação

PROMOTORIA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS

RECOMENDAÇÃO Nº 008/08 - 1ª PJFMM

Senhor Presidente da Sociedade Unidos Venceremos, Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66; Considerando, o que consta do Processo nº 061/08 1ªPJFMM - Prestação de Contas de 2007.

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, "in verbis":

"Art. 27 - Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV - por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único - No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências: IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anula ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito." (grifo nosso).

Recomendar

☐ Que a Sociedade Unidos Venceremos providencie no livro razão o termo de abertura e de encerramento e no livro diário, o registro no órgão competente;

Belém, 11 de novembro de 2008.

ROSANGELA CHAGAS DE NAZARÉ

1ª Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas

ATO Nº 088/08 E RECOMENDAÇÃO Nº 009/08 - 1ª PJFMM

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 149/2006-1ªPJFMM

PROCEDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES GABRIEL

PIMENTA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2005

ATO Nº 088/08 - 1ª PJFMM

ATO APROVA COM RECOMENDAÇÃO AS CONTAS

A 1ª PROMOTORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA COM RECOMENDAÇÃO as contas apresentadas pela ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES GABRIEL PIMENTA, referente ao exercício financeiro de 2005, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 11 de novembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas

PROMOTORIA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS

RECOMENDAÇÃO Nº 010/08 - 1ª PJFMM

Senhor Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES GABRIEL PIMENTA,

Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66; Considerando, o que consta do Processo nº 149/2006 - 1ªPJFMM - Prestação de Contas de 2005.

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, "in verbis":

"Art. 27 - Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV - por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único - No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anula ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito." (grifo nosso).

Recomendar

☐ Que a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES GABRIEL PIMENTA nos próximos exercícios passe a calcular e contabilizar a depreciação de seu ativo imobilizado;

Belém, 11 de novembro de 2008

ROSANGELA DE NAZARÉ

ROSANGELA DE NAZARÉ